Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. CC BY - permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Revista Mutirõ. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul, v. 4, n. 1, 2023 • https://doi.org/10.51359/2675-3472.2023.258102
Submissão: 05/04/2023 • Aprovação: 29/04/2023

FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL
Revista Mutirõ
ISSN: 2675-3472

Relações de gênero e identidade territorial na comunidade quilombola Kalunga do Mimoso

Adriana dos Santos Reges[I], **Jorgeanny de Fátima Rodrigues Moreira**[II]

[I] Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Brasil
[II] Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Brasil

RESUMO

A intenção da pesquisa foi investigar o trabalho feminino no Kalunga do Mimoso em Arraias, Tocantins, e a sua relação com a identidade territorial das mulheres quilombolas, que a partir das atividades desenvolvidas no campo constroem relações e meios para a manutenção de suas famílias e da própria comunidade. Questiona-se: de que forma o trabalho rural contribui para a constituição da identidade territorial das mulheres quilombolas daquele território? Foi necessário observar e analisar as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho na comunidade, bem como os saberes adquiridos por meio da tradição oral. A ancestralidade constitui-se em importante fator para a resistência e resiliência das mulheres quilombolas, que mesmo diante da aspereza do território envolto de serras e rochas, desenvolvem atividades produtivas que garantem a sobrevivência da comunidade. A pesquisa foi realizada entre 2020 e 2021, é de caráter qualitativa e exploratório, e perpassou quatro etapas: revisão bibliográfica, observação em campo, entrevistas online - em virtude da pandemia de Covid-19; tabulação dos dados de pesquisa; escrita e confronto teórico-metodológico entre pesquisa bibliográfica e os resultados da pesquisa empírica. Os resultados de pesquisa reforçam os aspectos simbólicos, culturais e a relação dos Kalunga com o Cerrado, como preponderantes para a constituição da identidade territorial.

Palavras-chaves: gênero; cerrado; território; mulheres; quilombolas.

Gender relations and territorial identity in the community Kalunga of Mimoso

ABSTRACT

The intention of this research was to investigate women's work in the Kalunga do Mimoso in Arraias, Tocantins, and its relation with the territorial identity of quilombola women, who from the activities developed in the field build relation and means for the maintenance of their families and the community. The question is: how does rural work contribute to the constitution of the territorial identity of the quilombola women of that territory? It was necessary to observe and analyze the gender relations and the sexual division of labor in the community, as well as the knowledge acquired through oral tradition. The ancestry is an important factor for the resistance and resilience of quilombola women, who even in the face of the roughness of the territory surrounded by mountains and rocks, develop productive activities that warrant the survival of the community. The research was conducted

between 2020 and 2021, is qualitative and exploratory, and went through four stages: bibliographic review, field observation, online interviews – during to the Covid-19 pandemic; tabulation of research data; writing and theoretical-methodological confrontation between bibliographic research and the results of empirical research. The research results reinforces the symbolic and cultural aspects and the relation of the Kalunga with the Bioma Cerrado, as preponderants for the constitution of the territorial identity.

Keywords: gender; bioma cerrado; territory; women; quilombolas.

Relaciones de género e identidad territorial en la comunidad quilombola Kalunga de Mimoso

RESUMEN

La intención de la investigación fue investigar el trabajo de las mujeres en la Kalunga do Mimoso en Arraias, Tocantins, y su relación con la identidad territorial de las mujeres quilombolas, que a partir de las actividades desarrolladas en el campo construyen relaciones y medios para el mantenimiento de sus familias y de la comunidad. El cuestionamiento es: ¿cómo contribuye el trabajo rural a la constitución de la identidad territorial de las mujeres quilombolas de ese territorio? Fue necesario observar y analizar las relaciones de género y la división sexual del trabajo en la comunidad, así como los conocimientos adquiridos a través de la tradición oral. La ascendencia es un factor importante para la resistencia y resiliencia de las mujeres quilombolas, que aún ante la aspereza del territorio rodeado de sierras y rocas, desarrollan actividades productivas que garantía la supervivencia de la comunidad. La investigación se realizó entre 2020 y 2021, es cualitativa y exploratoria, y pasó por cuatro etapas: revisión bibliográfica, observación de campo, entrevistas en línea - debido a la pandemia de Covid-19; tabulación de datos de investigación; Escritura y confrontación teórico-metodológica entre la investigación bibliográfica y los resultados de la investigación empírica. Los resultados de la investigación refuerzan los aspectos simbólicos y culturales, y la relación de los Kalunga con el Cerrado, como preponderantes para la constitución de la identidad territorial.

Palabras claves: género; bioma cerrado; territorio; mujeres; quilombolas.

INTRODUÇÃO

A intenção da pesquisa foi investigar o trabalho feminino no Kalunga do Mimoso em Arraias, Tocantins, e a sua relação com a identidade territorial das mulheres quilombolas, que a partir das atividades desenvolvidas no campo constroem relações e meios para a manutenção de suas famílias e da própria comunidade.

O trabalho feminino entendido como trabalho doméstico, ou reprodutivo, é visto pelas famílias rurais como uma ajuda ou complemento, mas é fundamental para a geração da renda e sustento do lar e, mais que isso, possui importante papel para a constituição do território Kalunga. Assim sendo, questiona-se: De que forma o trabalho rural contribui para a constituição da identidade territorial das mulheres quilombolas daquele território?

É necessário ainda, observar alguns elementos no que concerne as relações e os papeis de gênero, pois assim como em outras comunidades rurais, a população feminina no Kalunga do Mimoso realiza as atividades ligadas ao trabalho do lar, a agricultura como o plantio e

colheita, a fabricação da farinha, a manutenção das hortas e a criação de animais domésticos como galinhas e porcos - itens fundamentais para a soberania alimentar das famílias camponesas. O artesanato confeccionado com elementos do Cerrado também confere identidade a estas mulheres, pois são essenciais para o cotidiano, a sociabilidade, e ainda contribui com o complemento da renda familiar.

A pesquisa, de caráter qualitativa e exploratória, contou com algumas etapas, a saber: 1. Revisão bibliográfica com a leitura sobre relações de gênero no campo, identidade territorial e o território Kalunga; 2. Trabalho de campo com observação participante (uma das autoras pertence a tal comunidade), entrevistas semiestruturadas e fotografias; 3. Tabulação dos resultados obtidos com a aplicação as técnicas de pesquisa (SEVERINO, 2007). 4. Escrita e confronto das informações adquiridas por meio empírico como o referencial teórico (MARCONI; LAKATOS, 2013). Este processo foi fundamental, pois ao percorrer o método qualitativo a pesquisa demonstrou como uma prática para adquirir informações sobre o assunto estudado. De acordo com Minayo (2008, p. 57), o método qualitativo é adequado

> aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos e das interpretações que os homens fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam.

O instrumento utilizado para a aplicação das entrevistas semiestruturadas foi a entrevista online devido a pandemia de Covid-19, entre julho e setembro de 2021, pois havia alto contágio da doença nos municípios em que estão localizadas as comunidades Kalunga. As conversas foram realizadas através de ligações telefônicas ou via aplicativo Watts App, quando as mulheres quilombolas compareciam à cidade (uma vez por semana para comercializar os seus produtos nas feiras ou nos mercados do município de Arraias), pois na comunidade ainda não há acesso à internet.

Segundo Marconi e Lakatos (2013, p. 80), a entrevista viabiliza a obtenção de "informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação da natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social". Sendo assim, a entrevista é importante para adquirir novas informações sobre determinado assunto, possibilitando uma maior compreensão sobre o fenômeno pesquisado.

As entrevistas foram realizadas com dez mulheres e optou-se por conversar com aquelas mais experientes, ou seja, de maior idade. As mesmas nasceram e ainda vivem no quilombo Kalunga do Mimoso, e dedicam-se ao trabalho doméstico e na lida das roças, mas

que ainda não possuem autonomia sobre o dinheiro ganho pelas atividades realizadas, pois esta tarefa é de incumbência masculina.

Das dez entrevistas, apenas seis foram utilizadas na redação deste texto, e com o objetivo de preservar a identidade das entrevistadas, a pedido delas próprias, as mesmas foram indicadas como moradoras A, B, C, D, E e F. Os relatos são importantes para contribuir com a compreensão sobre as relações de gênero, o trabalho feminino e a constituição da identidade territorial no remanescente do quilombo estudado.

1. O território Kalunga, as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho no campo

Na década de 1980, a antropóloga Mari Baiocchi realizou um estudo aprofundado sobre o território quilombola Kalunga. O resultado das pesquisas de Baiochi foi publicado com o título Kalunga: Povo da Terra, e nele a autora explicita as memórias da população local, a cultura, a identidade e as práticas que garantem a sobrevivência deste povo. Baiocchi (2013) explica que o rio (Paranã), os morros, colinas e serras são parte de um conjunto mantenedor da vida e dos aspectos produtivos e reprodutivos do Povo Kalunga. Os quilombos se estabeleceram às margens do rio que hoje é uma fronteira física que separa os Kalunga do Nordeste goiano e do Sudeste tocantinense.

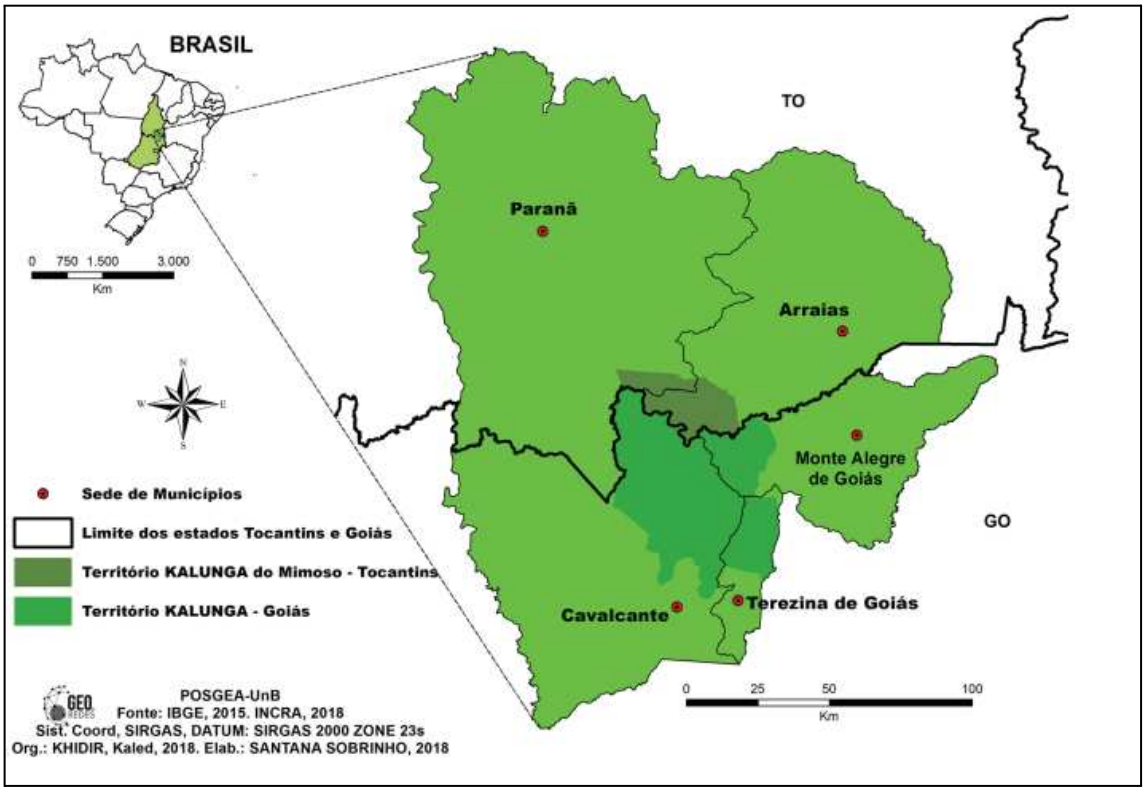
Em decorrência da divisão dos Estados de Goiás e Tocantins com a Constituição Federal de 1988, parte do Território Kalunga se manteve no território do Nordeste Goiano, nos municípios Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás. As comunidades localizadas no território goiano tiveram o seu reconhecimento, e tornou-se Sítio Histórico do Patrimônio Cultural Kalunga, pelo Estado de Goiás por meio da Lei Estadual n. 11.409, de 21 de janeiro de 1991, e regulamentada pela Lei Complementar n° 19 de 5 de janeiro de 1996. Já as comunidades localizadas no Kalunga do Mimoso só foram reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares em 2005, e em 2010 o Governo Federal decretou a criação do Território Quilombola Kalunga do Mimoso distribuído nos municípios Arraias e Paranã (KHIDIR, 2018).

Almeida (2010, 38)) descreve a região, que abriga o território Kalunga, como “particular pela presença de uma natureza cerradeira dominante”, e continua na mesma página: “as bacias do Rio Paranã e do Rio Almas irrigam essas áreas”. A pesquisadora dedicou quase vinte anos de sua carreira acadêmica a pesquisar e desenvolver projetos de extensão no território Kalunga, principalmente nas comunidades quilombolas do nordeste goiano, que para ela possuía uma “rica toponímia que designa as serras, os rios, os vãos e os

agrupamentos de casas, remete-se a uma construção subjetiva, a um símbolo natural ou cultural do lugar em questão" (ALMEIDA, 2010, p. 39).

No que se refere os quilombolas do Sudeste tocantinense, Khidir (2018, p. 56), explica que "as comunidades reconhecidamente remanescentes de quilombos nos limites do município de Arraias são Fazenda Lagoa dos Patos, Fazenda Káagados, Lagoa da Pedra e o Kalunga Mimoso". Portanto, os Kalunga permanecem em parte do território tocantinense. A Portaria nº187/2017, publicada no D.O.U. de 12/06/2017 conferem reconhecimento destas comunidades como quilombos (Mapa 1). Ainda hoje, uma das principais preocupações do povo Kalunga é a titulação e a indenização de suas terras.

Mapa 1 - Território Kalunga e Kalunga do Mimoso



Fonte: KHIDIR, 2018.

As comunidades quilombolas Kalunga carregam elementos históricos, culturais e tradicionais oriundos da ancestralidade dos pequenos produtores daquela terra. As atividades são a pecuária e a agricultura, e as principais culturas são o milho, a mandioca, o feijão, a abóbora, a banana e a cana. As sementes crioulas são valiosas para os moradores, que se orgulham de serem guardiões das variedades produzidas por seus ancestrais. Os mecanismos

utilizados para a agricultura ainda são rudimentares, mantêm-se as roças de toco e a adubação orgânica com cinzas, palhas de arroz e esterco de boi. A produção garante a segurança alimentar da população e o excedente é comercializado no centro urbano e na própria comunidade local.

A comunidade Kalunga do Mimoso está situada a 120 quilômetros da cidade de Arraias, Tocantins. É uma área rural com casas próximas e em formato de palhas e adobe (Figura 1). Os moradores possuem vínculos de parentescos, e mantém uma boa relação de convívio tendo na sociabilidade uma das formas de reprodução dos seus valores culturais, como as rezas, as procissões, as festas pautadas no catolicismo popular, colheita e construções de casas em formato de mutirões.

Figura 1 - Casa de adobe e palha, Kalunga do Mimoso

Fonte: Observatório da Educação do Campo, UFT.

De acordo com a pesquisa em campo, a informação dos próprios moradores é de que a comunidade é composta por 250 famílias, aproximadamente 1.500 pessoas, que residem em treze núcleos familiares em diferentes pontos da comunidade. As comunidades são locais de produção, conhecimento e trabalho. Mas o escoamento da produção é pequeno, já que o acesso ao centro urbano continua limitado, e as principais dificuldades são em relação ao transporte, ao acesso a postos de saúde para atendimento médico e a conexão com a internet.

Durante a pandemia, as aulas das escolas, situadas nas comunidades, precisaram de interrupção devido a inviabilidade do atendimento virtual pelos professores. O retorno se deu por meio de atividades que os próprios professores, muitos deles vindos do centro urbano, entregavam pessoalmente – em domicílio - aos alunos. Os moradores que necessitam de idas frequentes à cidade o fazem, por meio de ônibus, vão pela manhã e retornam no dia seguinte contando assim com o pouso na casa de amigos e parentes que vivem na cidade de Arraias.

Os professores que lecionam nas escolas rurais hospedam-se nas próprias dependências do espaço escolar e retornam aos seus lares nos finais de semana. As incursões ao centro urbano se dão em razão da necessidade de comercializarem a produção do campo, mas também para adquirir outros produtos no comércio local, bem como consultas médicas e demandas nos bancos, como Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Em casos mais específicos, como especialidade médica não atendida em Arraias, é necessário a locomoção até Campos Belos, município goiano situado a aproximadamente 20 quilômetros de Arraias, ou até Palmas distante 400 quilômetros.

É importante ressaltar que é comum que idas ao centro urbano sejam realizadas na maioria dos casos pelas mulheres. Elas são responsáveis por comercializar o excedente de produção, fazer compras no comércio local, levar as crianças ao médico ou resolver pendências como os pagamentos ou cobranças. Não obstante, situações em que envolvam assuntos mais complexos (como vendas de valor mais volumoso), os parceiros, pais ou filhos - do sexo masculino - acompanham estas mulheres. Nas feiras livres, os homens são responsáveis por comercializar alguns produtos agrícolas ou a carne, enquanto as mulheres vendem artesanatos, hortaliças, bolos, polpas e frutas do Cerrado, peixes e ervas medicinais. A moradora A (50 anos, merendeira) conta que além dos serviços domésticos “faço tecido de linha de crochê como tapete para sofá e chão, capa de botijão de gás, bolo caseiro, lanche na escola”. A trabalhadora comercializa o crochê na cidade, e é merendeira na única escola do campo daquela comunidade.

Os papéis sociais de gênero e a divisão sexual do trabalho impõem às mulheres a condição subalterna. Administrar ou gerenciar os recursos financeiros, principalmente no campo, cabem a figura masculina. Às mulheres cabe o espaço privado: as hortas, a produção do queijo e a criação de animais como galinha e porcos, pois estão ligados ao trabalho doméstico. Ainda que muitas mulheres Kalunga realizam o trabalho de comercialização no mercado e feiras livres, a administração dos rendimentos ainda é prioritariamente feita pelos homens.

Silva (2016, p. 116), em sua pesquisa realizada em acampamento produtivo de mulheres camponesas em Laranjeiras do Sul, identificou que "o planejamento e gerenciamento das atividades, o casal reconhece o homem como o principal e/ou único responsável por tal função", situação que foi informada pelas mulheres daquela comunidade, e que se aproxima da realidade vivida pelas mulheres Kalunga. As atividades produtivas são, de acordo com a divisão social e sexual do trabalho, de responsabilidade masculina, enquanto o trabalho reprodutivo – cuidados com a casa, quintal e filhos -, é de alçada feminina.

Federici (2018) explica que a feminilidade está vinculada aos atributos do cuidado (do lar, da casa, dos filhos, dos idosos). Nas sociedades patriarcais, os trabalhos relacionados ao espaço privado são naturalizados como sendo excepcionalmente femininos. Destarte, este trabalho não é remunerado, uma vez que é considerado reprodutivo em detrimento das atividades produtivas realizadas por pessoas do sexo masculino.

A divisão sexual do trabalho está intrinsecamente ligada aos papéis de gêneros em que mulheres e homens, que devido a construção social e cultural, possuem atribuições específicas. No campo, esta divisão está assentada numa cultura machista e patriarcal, em que os homens sentem-se na obrigação de serem os provedores do lar e de representar a figura de proteção e resistência. Saffioti (1987, p. 39) explica que

> [...] os medos que são portadores homens e mulheres colaboram grandemente para que cada um observe a receita de como ser homem e mulher. Os homens temem ser considerados menos machos se forem flexíveis, pacíficos e generosos. As mulheres temem ser tomadas como pouco femininas incapazes de conservar o "amor" do companheiro, se relevarem empreendedoras, dinâmicas, bem-sucedidas. (SAFFIOTI, 1987, p. 39)

No caso das mulheres camponesas, o trabalho pesado sempre foi comum, pois realizam atividades como plantar, colher e produzir. A moradora B (35 anos, agricultora) explica que ela, assim como sua avó, mãe e filhas: "Faço todos os serviços domésticos, crio galinha, planto mandioca, milho, abóbora, melancia, amendoim no quintal de casa. Faço capa de almofadas, tapete de linha de crochê para uso e para venda". Já a moradora C (60 anos, agricultora), sobre sua rotina de trabalho, diz: "levanto cedo, acendo o fogão a lenha, faço o café, varro o terreiro, lavo vasilha no rio chegando em casa faço almoço depois repouso. Em seguida lavo as vasilhas do almoço. Se tiver no tempo de roça ajudo o companheiro no plantio ou colheita. Umas 6 horas já faço a janta, aí é comer e dormir".

Observa-se que a rotina de trabalho das mulheres não se restringe ao espaço privado, já que participam ativamente das atividades do campo. Todavia, a mística feminina desempenhou, e ainda desempenha, um importante papel para justificar a canalização da força de trabalho feminina para as tarefas mal remuneradas, não conferidores de prestígio e mais passível de burlar a legislação trabalhadora (SAFFIOTI, 1987).

Segundo Silva (2016, p. 120) a "importância das tarefas produtivas e o não reconhecimento delas como um trabalho necessário para a completa manutenção da unidade produtiva familiar como um todo". A autora demonstra como as atividades, até então, compreendidas como do espaço privado ou doméstico, quando passam a gerar renda, tem o seu planejamento e gestão apropriados pelos grupos masculinos. Destarte, a divisão sexual do trabalho caracteriza as atividades que geram renda como produtivas, e conforme o sistema patriarcal, de responsabilidade masculina.

2. A identidade territorial das mulheres no Kalunga do Mimoso

As tarefas realizadas pelas mulheres quilombolas é responsável pelo sustento da família, pois além do trabalho reprodutivo, elas desempenham, junto com os seus parceiros, as atividades produtivas como as roças (de arroz, feijão, mandioca e milho) que são cultivadas todos os anos. Desse modo, as mulheres exercem funções importantes, a partir da relação que possuem com o território onde vivem, elas participam dos mecanismos necessários para a sobrevivência da comunidade.

As experiências com o território reforçam o sentido de resistência e resiliência das mulheres quilombolas, que enfrentam obstáculos como as adversidades naturais do Bioma Cerrado no Sudeste tocantinense e Nordeste goiano (solo arenoso e rochoso, seca e período chuvoso com alagamento e enchentes, acesso limitado aos centros urbanos que impede o atendimento médico de urgência). De acordo com Giménez (2000, p. 94), o território se constitui em

> [...] um meio de subsistência, uma fonte de recursos, uma área geopoliticamente estratégica, como uma unidade político administrativa etc; porém, também [...] paisagem, beleza natural, entorno ecológico, como objeto de apego afetivo, a terra natal, como lugar de inscrição de um passado histórico e de uma memória coletiva. (GIMÉNE, 2000, p. 94)

O território Kalunga é um espaço em que se circunscreve relações da comunidade com a terra, para além da fonte de recursos, mas também do afeto e do conhecimento ancestral

sobre as formas de produção. Atividades como o cultivo da terra e a produção de objetos com os frutos e plantas do Cerrado é transmitido de geração em geração por meio da oralidade, e se efetiva na sociabilidade. Para Almeida (2010, p. 43), "o território Kalunga é, antes de tudo, uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra e, ao mesmo tempo, constrói sua identidade cultural".

Estas mulheres se identificam como Kalunga e confiam na ancestralidade das famílias quilombolas, e atribuem a relação com a terra como fator preponderante para manterem-se no território e buscar nele os meios de sobrevivência, já que "como qualquer outro território, sua função não se reduz a esta dimensão instrumental: ele também é objeto de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo" (ALMEIDA, 2010, p. 44).

A origem destas trabalhadoras contribui para a constituição da identidade das mesmas como agricultoras e pertencentes em um remanescente de quilombo, mas o trabalho realizado por elas reforça a relação que possuem com a terra, são – conforme explicitado por Almeida (2010) – operações simbólicas e que imbuem aquele espaço de afeto. Para Haesbaert (1999, p. 172) "toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território [...]".

Ademais, os atributos culturais permeiam aquele território de significados. A moradora D (43 anos, agricultora e artesã) explica sobre a importância do quilombo para ela: "é de onde tiramos o que produzimos, os doces, a farinha e polvilho, plantamos as hortas e roças (Figura 2) e com o que tiramos do mato fazemos as peneiras, o quibano e o tapiti (Figura 3); e vendemos dentro da comunidade e na cidade para ajudar nossos companheiros nas despesas de casa". Sobre os frutos do Cerrado que lhes servem para a produção de doces que são comercializados, a agricultora responde: "faço doces de frutos como cajuzinho do Cerrado, Goiaba, Caigaita, Buriti, Manga e Mangaba. E também o doce de leite que tiramos aqui mesmo". Sendo assim, compreende-se que a identidade também se faz a partir de uma base material, pois é do tangível que se constroem elementos importantes para a reprodução da cultura Kalunga.

Figura 2 - Hortas nas margens do Rio

Foto: Adriana Reges, 2020.

Figura 3 - Tapiti (peneira) feito com talas de Buriti.

Foto: Adriana Reges, 2020.

Além dos alimentos e artesanatos, as mulheres Kalunga manipulam ervas e plantas medicinais encontradas nos quintais e nas roças. Enfermidades como gripe, tosse, cólicas, infecção de garganta e feridas provocadas na lida da roça, são tratadas na própria comunidade. Apenas em caso de doenças graves que os moradores recorram aos hospitais de cidades como Arraias no Tocantins e Campos Belos em Goiás.

De acordo com a moradora B (35 anos, agricultora) “em primeiro lugar precisamos de um posto de saúde, transporte gratuito pelo menos uma vez no mês porque no ônibus as passagens são caras e a gente fica longe de casa as vezes tem que andar 15 quilômetros a pé”. Portanto, a dificuldade para recorrer a atendimentos médicos ou até mesmo farmácias, promove o fortalecimento da fabricação de remédios caseiros como garrafadas, chás, raizadas e emplastos para o tratamento de alguns problemas de saúde.

O território constitui-se dessa base material de onde a comunidade retira os recursos necessários para a saúde, alimentação e geração de renda da população. Todavia, as práticas e saberes ancestrais de produção destes alimentos e objetos, que suprem as necessidades de consumo dos moradores, resulta-se de uma apropriação simbólico-cultural do espaço por este povo. Almeida (2020, p. 108)

> perante uma fronteira capitalista, que tem a natureza como mercadoria, para aqueles que ali estão e possuem um enraizamento territorial, “a identidade adquire feições de resistência” diante das mudanças provocadas pela nova forma de sobreposição e exploração dos seus lugares-territórios. Se (re)existe, está constantemente em embates, tensionamentos que fragilizam suas territorialidades.

De fato, a reprodução da vida, por meio dos aspectos culturais no território Kalunga do Mimoso, é imbuída de resistência e resiliência das mulheres quilombolas que produzem cotidianamente os objetos, alimentos e medicamentos necessários para a sobrevivência das famílias que vivem naquele lugar. A fabricação de alimentos e artesanatos, com os insumos obtidos no Cerrado, demonstra a importância da ancestralidade e da base territorial para a cultura Kalunga.

Ainda que estas famílias possuam saberes que permitem a reprodução da vida no Kalunga do Mimoso, as mulheres reconhecem que possuem direitos e almejam melhores condições de vida, principalmente relacionados à saúde e educação. Ao ser questionada sobre o que mudaria nas atuais condições de vida na comunidade, a moradora E (65 anos, agricultora) responde: “melhoraria a estrada porque é muito difícil de chegar até a cidade, se

torna longe porque a estrada é muito ruim principalmente em caso de emergência, e um posto de saúde ter pelo menos uma enfermeira".

A dificuldade de acesso aos centros urbanos e o abandono das obras de estradas são preocupações recorrentes para as mulheres Kalunga. A moradora F (32 anos, cobradora de ônibus) diz:

> *nós não temos estradas, a maioria das pontes estão quebradas, muitas das vezes têm que passar por dentro do rio sem pessoas dentro do ônibus para não correr o risco de cair dentro do rio. Precisamos de uma ambulância para carregar as pessoas doentes, mais um orelhão [telefone público], ter pelo menos um medidor de pressão [arterial] em caso de emergência.*

A resiliência das moradoras destas comunidades - que têm em seus saberes adquiridos por meio da tradição oral elementos necessários para a reprodução da vida -, não deve ser motivo para se romantizar situações de abandono e negação de políticas públicas que garantam melhores condições de vida aos quilombolas. A "identidade territorial nasce por um processo autorreferencial colocado em ação por uma comunidade que se apropria culturalmente de um âmbito espacial predefinido" (POLLICE, 2010, p. 8-9), e políticas públicas direcionadas a estas comunidades não findarão a intrínseca relação de seu povo com a terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o trabalho proposto foi possível identificar as atividades desenvolvidas pelas mulheres da comunidade Kalunga do Mimoso, bem como analisar a participação delas na economia e na comercialização dos produtos fabricados pela/na comunidade. O cotidiano das mulheres Kalunga é pautado na reprodução dos saberes adquiridos por meio da oralidade e que emprega importantes atributos ao território.

As mulheres do Kalunga do Mimoso veem em seu trabalho uma prática sociocultural que viabiliza renda extra para as famílias. As atividades de produção que envolvem a confecção de artesanato, de doces e outros gêneros alimentícios como carne, hortaliças e a farinha - consumidos e comercializados dentro e fora do território -, possibilitam, para além da geração de renda, relações de sociabilidade e de afeto com o território.

O trabalho feminino na comunidade é visto como complementar, mas apesar destas representações da sociedade patriarcal, as atividades desenvolvidas pelas mulheres Kalunga

garantem o desenvolvimento local, e também a permanência de aspectos simbólicos e culturais que empregam identidade ao território.

Ademais, com o resultado das entrevistas realizadas observa-se que a autonomia feminina na comunidade quilombola do Mimoso é relevante para a geração de renda, a transmissão dos saberes e a produção e reprodução do modo de vida quilombola. Por meio da pesquisa foi possível conhecer e analisar a cultura, as tradições e também os aspectos materiais e imateriais que constituem a identidade territorial das mulheres Kalunga.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Geralda. Povos indígenas, identidades territoriais e territorialidades fragilizadas no norte do Amapá, Brasil. In **Ateliê Geográfico**. Goiânia: V. 14, n. 2, ago/2020, pp. 91-111.

_____. Territórios de Quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás – patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. In **Ateliê Geográfico** [Edição Especial]. Goiânia: V. 4, n. 1, fev/2010. pp. 36-63.

BAIOCCHI, Mari de Nazaré. **Kalunga**: povo da terra. 3. ed. Goiânia: Ed. UFG, 2013.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2018.

GIMÉNEZ, G. Territorio, cultura e identidades. La región sociocultural. In: BARBERO, J. M.; ROCHE,F.L.; ROBLEDO, A.(eds) **Cultura y Región.** Bogotá: Ces/ Universidad Nacional /Ministerio de Cultura, 2000. pp. 87-132.

HAESBAERT. R. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169-190.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 7. Ed. São Paulo: Ática, 2010.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2008.

POLLICE, Fabio. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. In **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, N. 27, jan./jun. 2010, pp. 7-23.

SAFFIOTI, H. I. B. **O Poder do Macho**. 11. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. SãoPaulo: Livraria Quatro Artes Editora, 1969.

SEVERINO**,** A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007**.**

SILVA, Flávia Regina Fernandes. **Gênero e Agroecologia**: estudo de caso de uma organização produtiva de mulheres camponesas em Laranjeiras do Sul, Paraná. Dissertação [Mestrado]. Universidade Federal da Fronteira do Sul. Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR), Laranjeiras do Sul, PR, 2016.

Adriana dos Santos Reges
Graduada em Turismo Patrimonial e Socioambiental pela Universidade Federal do Tocantins.

Email: adriana.reges@uft.edu.br

Jorgeanny de Fátima Rodrigues Moreira
Professora Adjunta da Universidade Federal do Tocantins, Campus Arraias. Pós-doutoranda em Geografia pelo Departamento de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás.

Email: jorgeanny.moreira@uft.edu.br